



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**MOBILIZAÇÃO OU BADERNA? O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O
MOVIMENTO PASSE LIVRE**

Rebeca Barreto Duarte¹

Resumo

Neste trabalho, buscou-se historicizar a trajetória do Movimento Passe Livre (MPL), e conceituá-lo dentro da perspectiva crítica da teoria dos movimentos sociais, articulando com o surgimento dos chamados novos movimentos sociais no contexto de reestruturação do Estado Brasileiro a partir da década de 1990. O artigo pretende, ainda, analisar a construção do discurso midiático sobre o MPL, no contexto das manifestações ocorridas em janeiro de 2016 pelo periódico online *Veja* e discutir a importância dos periódicos *online* enquanto mecanismos de construção dos consensos sobre a visibilidade dos movimentos sociais na sociedade atual.

Palavras chave: Movimentos sociais. Movimento Passe Livre. Meios de comunicação.

**MOBILIZATION OR RIOT? THE MEDIA DISCOURSE ABOUT THE
MOVIMENTO PASSE LIVRE**

Abstract

In this paper, we try to historicizing Movimento Passe Livre's (MPL) trajectory and conceptualize it in the critical perspective of theory of social movements, articulating with the rise of the called new social movements at the restructuring context of Brazilian State from the 90's. The article intends, still, to analyze the construction of media discourse about the MPL, at the context of the events that occurred on January 2016 by the online journal *Veja* and discuss the importance of the online journals as consensus building mechanisms about the social movements' visibility in today's society.

Keywords: Social movements. Movimento Passe Livre. Media.

INTRODUÇÃO

As interpretações e significados do termo movimento social variam de acordo com o viés metodológico utilizado para seu estudo. Neste texto, analisaremos o referido conceito por meio de uma abordagem crítica, problematizando a situação atual dos movimentos sociais no Brasil. Para tal estudo, discutiremos brevemente, articulados ao estudo dos movimentos sociais, alguns conceitos, como por exemplo, o de classe social, luta de classes e sociedade civil, necessários ao entendimento do papel dos movimentos sociais e sua relação com o Estado sob uma perspectiva marxista. Realizaremos também uma breve explanação dos assim chamados novos movimentos sociais, no contexto neoliberal nas primeiras décadas do século XXI.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (2014). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: <rebecabduarte@hotmail.com>.

Posteriormente, faremos uma exposição do Movimento Passe Livre (MPL), movimento social autônomo, horizontal, apartidário e independente, cuja bandeira principal de luta é a conquista de um transporte público de verdade, gratuito para toda a população e livre da iniciativa privada. Exporemos alguns fatos marcantes na trajetória do movimento, bem como o momento de sua criação. Ao contrário dos que muitos pensam, o MPL não surgiu em 2013, como impulsionador das “Jornadas de Junho”. O Movimento, na verdade, originou-se em janeiro de 2005 em Porto Alegre, mas desde 1999, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis, e outras manifestações já haviam sido realizadas em várias regiões do país contra o aumento de tarifas do transporte público, mesmo antes da organização oficial do MPL.

Por fim, mostraremos a ofensiva realizada ao MPL pelos meios de comunicação, especialmente, via web. Para tanto, utilizaremos duas reportagens publicadas na página online da revista *Veja*, ambas no dia 12 de janeiro de 2016, referentes às ações realizadas pelo MPL em janeiro do mesmo ano, na cidade de São Paulo. Nestas reportagens, destacaremos a utilização de termos que podem ser considerados ofensivos para referir-se ao movimento, aos atos realizados e aos manifestantes em geral, que, de alguma forma, visam desqualificar o movimento. Esta forma de retratar as ações do MPL configura uma clara tentativa de desinformar e descaracterizar as lutas travadas socialmente pela classe trabalhadora, uma vez que estas são transmitidas como algo negativo para o conjunto da população.

MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE APROXIMAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Conforme Montañó (2011), o modo de produção capitalista sustenta-se a partir da contradição entre duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. Dessa contradição, emergem questões por parte da classe trabalhadora, que por não deter os meios de produção, e sobreviver por meio da venda da sua força de trabalho, encontra-se em grande parte explorada. Muitas vezes está submetida a péssimas condições de trabalho, transporte, saúde, educação e moradia, por exemplo. De acordo com o autor, os indivíduos, ao se relacionarem cotidianamente, podem perceber sua condição de explorados, condição que provém das contradições do modo de produção capitalista, que seriam os reflexos da questão social².

² Para Behring (2009, p. 271), “[...] a configuração da desigualdade e as respostas engendradas pelos sujeitos a ela, se expressa na realidade de forma multifacetada como questão social.” A questão social seria a expressão das contradições presentes no capitalismo, que promove a expansão do exército industrial de reserva em grande escala. De acordo com ela, o debate acerca da questão social precisa

Gradativamente, os trabalhadores podem entender que suas demandas por melhores condições de vida não são isoladas, mas coletivas, e que pertencem a um contexto maior de exploração de uma classe sobre a outra. Neste sentido, percebem-se como classe, podendo limitar esta percepção a “classe em si” – que configura o mero pertencimento a uma classe, a ocupação de determinado lugar e papel no processo produtivo – ou chegar à consciência de “classe para si” – quando os indivíduos encontram-se conscientes de seus interesses, passando então a organizar-se e lutar por eles. No momento em que os trabalhadores chegam à consciência de “classe para si”, podem perceber-se como sujeitos de transformações sociais. Movidos por uma ideologia revolucionária ou proletária, (contra hegemônica), em oposição à ideologia conservadora ou burguesa (considerada hegemônica no modo de produção capitalista)³, os homens podem distanciar-se da visão naturalizada sobre suas condições de exploração, reconhecendo esta como produto das transformações ocorridas historicamente, ou seja, característica de um modo de produção específico, o capitalista. (Idem)

Em busca da organização da sociedade visando à conquista de direitos, emergem os movimentos sociais. Estes podem ter características muito distintas, desde sua forma de organização, até os seus objetivos. Para Montañó (2011), se o movimento social tiver como finalidade exclusiva a busca por melhores condições de vida da força de trabalho, esse movimento é de cunho reformista, sendo o que o autor denomina luta reivindicatória ou sindical. Por meio desta luta, pode-se conquistar novos direitos civis, políticos e sociais, ou a efetivação de direitos já existentes, com a afirmação da cidadania ou democracia – o que na tradição marxista remete à emancipação política. Já a luta revolucionária, tem por objetivo final a superação do modo de produção capitalista, em vista de uma nova ordem societária – seria a conquista da emancipação humana. É importante destacarmos aqui que a luta sindical e a luta revolucionária não são excludentes, mas representam duas dimensões distintas da luta de classes.

Os movimentos sociais surgem como espaço de busca por interesses em comum, mesmo que nem sempre – ou quase nunca - seja um espaço homogêneo, onde as

incorporar os componentes de resistência e ruptura que existem nas formas de seu enfrentamento, o que faz com que o conceito de questão social seja “[...] impregnado de luta de classes” (BEHRING, 2009, p. 271).

³ Montañó (2011) utiliza a concepção de ideologia que a caracteriza como um conjunto de ideias, posicionamentos sobre as situações apresentadas, ou seja, uma visão de mundo.

demandas são politizadas, são definidas pautas e determinadas as ações que serão realizadas, como afirma Gohn (1995, p. 44).

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

Em geral, os movimentos sociais organizam-se para demandar respostas do Estado, porém no contexto neoliberal, muitas estratégias têm sido utilizadas para desmobilizar esta ação contestatória desempenhada historicamente pelos movimentos sociais. Utilizaremos neste trabalho, a concepção de Estado ampliado defendida por Gramsci, que o entende como o conjunto da sociedade civil com a sociedade política⁴. De acordo com Pereira (2009), o Estado configura-se um espaço tenso e contraditório, que é constituído e dividido por interesses distintos, possuindo a tarefa de administrar estes interesses, o que faz isento de neutralidade.

[...] o Estado, apesar de possuir autonomia relativa em relação à sociedade e à classe social com a qual mantém maior compromisso e identificação (a burguesia, por exemplo), tem que se relacionar com todas as classes sociais que compõem a sociedade, para se legitimar e construir sua base material de sustentação. Além disso, o Estado é criatura da sociedade, pois é ela que o engendra e o mantém. (PEREIRA, 2009, p. 293).

Neste sentido, o Estado representa um lugar onde se encontram os interesses de todas as classes, precisando dialogar com elas, legitimar seu poder e exercer o controle sobre as mesmas. Para isso, a partir de Gramsci, ao mesmo tempo em que desempenha função de domínio e coerção (desempenhada pelos aparelhos de coerção e repressão, como a estrutura policial, por exemplo), também busca trazer direção espiritual e cultural à sociedade, por meio do consenso (para o que se utiliza dos aparelhos privados de hegemonia: sistema escolar, igrejas, sindicatos, e meios de comunicação, por exemplo).

⁴ “[...] a sociedade civil está num dos dois eixos da superestrutura, isto é, naquele constituído por um conjunto de organismos e instituições privadas, ao qual corresponde à função de hegemonia. No outro eixo está a sociedade política, identificada com o Estado, à qual corresponde à função de puro domínio ou coerção” (PEREIRA, 2009, p. 297).

Em Gramsci, de acordo com Montañó (2011), a sociedade civil representa o palco da história, ou seja, nela se confrontam os diversos projetos de sociedade, o que leva à incorporação das demandas provenientes da luta de classes pelo Estado. A sociedade civil é composta pelo que o filósofo italiano denomina de “[...] aparelhos privados de hegemonia [...]”, que são “[...] organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõem” (MONTAÑO, 2011, p. 45).

Simionatto (2010), afirma que, no Brasil, a categoria sociedade civil sob uma perspectiva gramsciana teve papel relevante durante a ditadura militar para que se pensasse, fora do regime militar, a possibilidade de reinserção de organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda na cena política. Ocorreu no país, na década de 1980, a mais expressiva movimentação da sociedade civil, durante o processo de redemocratização. Porém durante a década de 1990, outras forças sociais utilizaram-se do termo sociedade civil entendendo-a como espaço de representação de interesses privados e corporativos, de maneira despolitizada, dando suporte inclusive para as reformas neoliberais implementadas no país. Como postula a autora, acerca desta distinta visão do termo sociedade civil:

É nesse contexto que se fortalece uma concepção homogeneizante de sociedade civil como um sujeito de cooperação, abstraindo das relações entre Estado e sociedade os conflitos e a disputa entre projetos de classe, substituídos pela perspectiva da renovação democrática, do capital social, do empoderamento e da governabilidade. A sociedade civil despolitiza-se, deixa de configurar-se como terreno da “grande política”, de sujeitos coletivos que buscam interpelar e alterar o Estado, transformando-se em arena desqualificadora de demandas sociais mais globais. Aqui se esfumam tanto a luta em direção a projetos políticos universais quanto a defesa forte de direitos que então vinham ocorrendo, ganhando espaço as ações sociais pontuais, pulverizadas e corporativas. (SIMIONATTO, 2010, p. 154-155).

A autora destaca a existência de pelo menos três expressões da sociedade civil na América Latina. A primeira encontra-se ancorada nos princípios liberais e neoliberais, anula a construção de projetos contra-hegemônicos, o que faz com que constitua um espaço da pequena política, das ações cotidianas, sem impulsos emancipatórios. A segunda expressão diz respeito aos novos movimentos sociais, que desempenham um importante papel na formação da política, na busca por serviços e políticas sociais e no controle social. Apesar de realizarem forte crítica ao modelo neoliberal, não tem como bandeira de luta a superação do modo capitalista de produção. Já na terceira expressão da sociedade civil na América Latina apontada pela autora,

encontram-se os movimentos de resistência. Aqui têm lugar os movimentos mais orgânicos, que buscam alternativas ao capitalismo, com uma perspectiva de classe bem definida, como os sindicatos – alguns casos - e o MST.

Acerca dos novos movimentos sociais, que a partir da análise realizada por Simionatto (2010), representam uma das expressões da sociedade civil na América Latina, Montañó (2011, p. 342) afirma:

[...] denominou-se como Novos Movimentos Sociais na América Latina a emergência de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma diversidade de temas e questões. É esse universo multifacetado – tanto no campo organizativo quanto no campo interventivo – que constitui o denominador comum na utilização da expressão “Novos Movimentos Sociais”. (MONTAÑO, 2011, p. 342).

Porém o autor realiza uma crítica à denominação “novos”, pois acredita que os sujeitos demandantes destes movimentos não são novos. Segundo ele, os sem terra, sem teto, mulheres, índios, negros, entre outros, tem uma luta social travada historicamente, que não deve ser considerada recente. Na verdade, esta nomenclatura visa secundarizar, deixando de lado a noção de classe social que é intrínseca às bandeiras de luta dos chamados novos movimentos sociais. Na verdade, “[...] mais do que substituir as lutas de classes, os chamados ‘NMS’ vêm complementar elas, sob formas diversas e com distintos tipos de vinculação, direta ou indireta, consciente ou não” (MONTAÑO, 2011, p. 343).

Nesta esteira, ao criticar o conceito ou a teoria dos novos movimentos sociais, Martins (2014, p. 353) afirma:

[...] as teorias dos NMS colocam a identidade coletiva como elemento central para a explicação dos movimentos. Deixam de ser consideradas como um produto do movimento a partir de condições objetivas comuns e são consideradas como fruto imediato da ação do grupo. Os movimentos aparecem como se fossem autodeterminados e, uma vez que não se pretende ir além da ação coletiva e da identidade por ela criada, a dimensão da luta de classes e o movimento do capital não aparecem como determinações. (MARTINS, 2014, p. 353).

Sendo assim, o sujeito passa a ser considerado a partir de sua condição particular, como se o que ele demanda não fosse produto da totalidade das relações sociais na sociedade capitalista – o que pode ser denominado de reflexos da questão social -, onde vive-se uma situação de exploração comum a grande parte da sociedade, ou seja, àqueles que não detêm os meios de produção, possuindo apenas a venda da sua força de trabalho como meio de subsistência. Busca-se assim, desfazer a noção de classe

social intrínseca à nossa sociedade, realizando a despolitização dos sujeitos e fazendo com que o atendimento às demandas pontuais e individuais sejam vistas como única finalidade dos movimentos sociais.

Feita a breve análise dos movimentos sociais e de alguns conceitos a eles relacionados, discutiremos a relevância social e midiática do MPL nas primeiras décadas do século XXI.

MOVIMENTO PASSE LIVRE: PRINCÍPIOS E TRAJETÓRIA

O Movimento Passe Livre (MPL)⁵ se autodenomina um movimento social autônomo, horizontal, independente, apartidário (porém não antipartidário), que luta por um transporte público de verdade, gratuito para toda a população. O MPL é formado por um conjunto de pessoas que se juntam para discutir e lutar por um outro projeto de transporte para a cidade, e está presente em várias cidades do Brasil, na luta pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços, por meio da conquista da tarifa zero. As organizações do MPL pelo país estão distribuídas no ABC Paulista, Distrito Federal, Florianópolis, Goiânia, Grande Vitória, Guarulhos, Joinville, Natal, Niterói, Salvador, São José dos Campos, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Ribeirão Preto, Curitiba, São Luis, Belém e Belo Horizonte.

Dois episódios são marcantes na origem e atuação do MPL, que são a Revolta do Buzu – em 2003, uma revolta popular organizada e realizada por jovens, estudantes e trabalhadores que fecharam as ruas de Salvador, capital baiana, contra o aumento das tarifas do transporte em uma paralisação que durou dez dias – e a Revolta da Catraca – em 2004, quando estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a população em geral em Florianópolis saíram às ruas pedindo a redução das tarifas. As ações do MPL, em âmbito nacional, foram consolidadas em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Ao final da plenária, foi aprovada uma resolução que determinava o caráter autônomo, independente e apartidário do movimento⁶. (NUNES; CARRASCO, 2015)

⁵ As informações acerca do MPL contidas no início desta seção do texto foram retiradas do site nacional do Movimento Passe Livre, que encontra-se no endereço: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em 22/01/2016.

⁶ Além destes fatos marcantes na trajetória do MPL, podemos destacar: II Revolta da Catraca em Florianópolis (2005); Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (2006); Luta contra o aumento em São Paulo (2006); Luta contra o aumento no Distrito Federal (2008); Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (2009); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (2009); Luta contra o aumento em São Paulo (2010); Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (2011); Mobilizações revogam aumento em Teresina (2011); Lutas em São Paulo revogam aumento (2013);

Além destas mobilizações, destacamos a importância do MPL no período recente de manifestações conhecido como “Jornadas de Junho de 2013”⁷. A primeira manifestação das Jornadas de Junho ocorreu em São Paulo, em 6 de junho de 2013, com objetivo de demonstrar a insatisfação da população com o aumento de 0,20 centavos no preço da passagem na capital paulista. Porém outras cidades solidarizaram-se à situação da cidade de São Paulo, também reivindicando a redução da tarifa de transporte em seus territórios. Novas pautas foram acrescentadas, além do aumento da tarifa do transporte público, como por exemplo, a situação da saúde e da educação no país. Deste modo, no que se refere às Jornadas de Junho de 2013, o MPL “[...] foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos” (SECCO, p. 76, 2013). De 2013 até hoje, diversas manifestações foram organizadas pelo MPL em todo o Brasil. Mesmo que noticiados de maneira superficial, ou nem noticiados pela grande mídia, o ano de 2016 começou com intensos atos e mobilizações no país⁸.

O MPL não possui um fim em si mesmo, na verdade este se apresenta como um meio para a construção de uma outra ordem societária. A partir desta afirmação, contida no site do próprio movimento, podemos realizar uma contraposição ao que afirmam alguns autores dos chamados novos movimentos sociais – especialmente os das vertentes acionistas e pós modernas -, que afirmam que a dimensão da luta de classes e da busca pela emancipação humana não encontra-se presente na bandeira dos movimentos sociais na atualidade.

Do mesmo modo, a luta pela tarifa zero não tem um fim em si mesma, mas configura um instrumento inicial de debate sobre a transformação da concepção atual de transporte coletivo urbano. A reivindicação tem o objetivo de colocar em xeque a concepção mercadológica de transporte e instigar a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade como direito para toda a sociedade, e um transporte coletivo fora da iniciativa privada, que possa ser administrado com a participação dos trabalhadores e usuários. Além disso, alguns pontos de discussão que devem ser fomentados são

Mobilização derruba aumento em Porto Alegre (2013); Jornadas de Junho revogam o aumento em mais de cem cidades (2013). (Movimento Passe Livre, São Paulo, 2013).

⁷ Termo utilizado no livro intitulado “Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, publicado em julho de 2013.

⁸ No site do Movimento Passe Livre Rio de Janeiro (MPL-RJ), encontramos uma agenda das mobilizações atualizada, em nível nacional. Disponível em: <<https://mplrio.wordpress.com/>>. Acesso em: 1º fev.2016.

aspectos como o crescimento desordenado das metrópoles, a relação entre cidade e meio ambiente e a especulação imobiliária, por exemplo.

Nunes e Carrasco (2015) realizaram uma pesquisa acerca das representações sociais associadas ao manifestante do MPL. Ao analisar na página do Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP) no Facebook, as publicações correspondentes à divulgação do chamado “Primeiro grande ato contra a tarifa” realizado em 9 de janeiro de 2015, os autores observam construções negativas em comentários de usuários do Facebook, acerca do movimento e dos manifestantes. Os autores dividem assim os termos utilizados pelos usuários do Facebook para referir-se aos manifestantes: 36% consideram os manifestantes desordeiros, anarquistas, vândalos e badernistas, enquanto em apenas 11% dos comentários, os manifestantes figuram como cidadãos, reivindicadores de direitos, militantes⁹.

Conforme Cassoli (2010), o MPL encontra uma grande dificuldade em provar a legitimidade de suas manifestações. Para o autor, ao referir-se às ações do MPL-Florianópolis, a mídia comercial registra as mobilizações do referido movimento de maneira superficial. Afirma também que boa parte das notícias acerca do MPL-Florianópolis encontra-se em mídias alternativas, com destaque para o papel dos blogs.

A parcialidade da cobertura midiática, simplesmente evitando a superexposição ao tema, tem como objetivo amenizar o impacto das manifestações e manter a opinião pública afastada do debate das questões suscitadas pelas reivindicações dos manifestantes. (CASSOLI, 2010, p. 13).

Podemos atribuir, dentre outros fatores, a dificuldade encontrada pelo MPL em provar sua legitimidade perante a sociedade à maneira como seus atos são noticiados, e a opinião que é emitida acerca do movimento por parte dos meios de comunicação. Mostraremos como a ação do MPL-SP em janeiro de 2016 foi noticiada pela Revista Veja, em duas matérias publicadas *no site* desta em 12 de janeiro do corrente ano.

O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A AÇÃO DO MPL

Montaño (2011) afirma que, no contexto neoliberal, três pilares sustentam a estratégia que visa anular as conquistas dos trabalhadores e permitir a superexploração do trabalho. Estes pilares são a (contra) reforma do Estado, a reestruturação produtiva e

⁹ Os autores dividem as referências aos manifestantes nos comentários da página assim: 36% como desordeiros, anarquistas, vândalos e badernistas; 23% PT e Petralha; 11% vagabundos, desocupados; 11% cidadãos, reivindicadores de direitos, militantes; 7% mascarados, Black blocs; 5% esquerda caviar, estudantes de humanas, jovens, pessoas de classe média alta, esquerdopatas; 3% maconheiros; 2% trabalhadores; e 2% estudantes. (NUNES; CARRASCO, 2015).

a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas. Para realizar esta ofensiva contra o trabalho, busca-se operar um desprestígio das lutas e das organizações dos trabalhadores perante a opinião pública. Como afirma o autor:

Maciçamente o neoliberalismo investe, com a colaboração das empresas de jornalismo (meios de comunicação de massa), na desinformação e na descaracterização das lutas e resistências dos trabalhadores, apresentando-os ora como “baderneiros”, ora como “preguiçosos”, ora como “marajás” ou “privilegiados”, tratando as lutas trabalhistas, que legitimamente se opõem aos desmontes neoliberais de seus direitos, às privatizações, às precarizações de serviços e políticas públicas, como negativas para a população. (MONTAÑO, 2011, p. 196).

Como exemplo de tentativa de deslegitimação da ação do MPL perante a opinião pública, como sentenciar Montañó, traremos aqui algumas informações coletadas no site da Revista Veja. Em estudo realizado por Silva (2007), a autora afirma que a Veja posicionou-se a favor da construção da hegemonia neoliberal no país nos anos 90 e destaca que este fato é central para a compreensão do posicionamento editorial da revista e de sua atuação política. Afirma também que a revista age no sentido de indicar caminhos e propor modelos, onde sempre a ordem do capital é exaltada. No que se refere ao período das publicações analisadas da referida revista, a reestruturação produtiva e a implementação de reformas trabalhistas aparecem como um fim inevitável. “Ao longo de toda a década, a cada embate político e revés econômico, há novas reportagens, novas entrevistas, novas busca de convencimento, que se completam com o quadro político em análise, sempre buscando consolidar a visão do capital” (SILVA, 2007, p. 4).

No nosso trabalho, recorreremos a duas matérias publicadas no dia 12 de janeiro de 2016 no site da Revista Veja, acerca da ação do MPL realizada no mesmo dia. A manifestação havia sido convocada pelo MPL, contra o aumento das tarifas de trens, ônibus e metrô para R\$ 3,80 na cidade de São Paulo, e deu-se na região da Avenida Paulista e no Centro.

A primeira reportagem, publicada às 20h19min do dia 12 tem o seguinte título: “E o Movimento Passe Livre volta a promover delinqüências em São Paulo e a lutar contra os pobres” (VEJA, 2016). No corpo da reportagem, o autor refere-se a um dos líderes do movimento como “politicamente demente.” Com estas afirmações, podemos perceber a tentativa de transmitir uma imagem negativa acerca da ação do MPL, na medida em que esta é tratada como uma atitude de delinqüência e de luta contra os

pobres. Na mesma matéria, afirma-se: “Só não caia na mentira de que isso que se vê é uma manifestação contra o aumento das tarifas. Pura conversa mole. Estamos assistindo em São Paulo é uma tentativa das esquerdas de tirar o impeachment das ruas.” (VEJA, 2016). Percebemos então que é defendida a ideia de que as manifestações realizadas pelo MPL configuram uma tentativa de desmobilizar outras manifestações, mais especificamente, as manifestações a favor do impeachment. Para ter tal intenção, subentende-se que o movimento teria que ter ligação com algum partido político, o que contrariaria um dos princípios do MPL, o apartidarismo¹⁰.

A segunda reportagem, publicada às 20h39 do mesmo dia, inicia com a seguinte frase: “A delinquência do Movimento Passe Livre não reconhece limites” (VEJA, 2016). Ao referir-se aos manifestantes, são utilizados os seguintes termos no corpo da reportagem: “arruaceiros”, “canalha”, “esquerdista babaca” e “vândalos”. A partir da utilização destes termos, que podem ser considerados vulgares e ofensivos, observa-se a intenção de desqualificar os participantes das manifestações do MPL, e com isto, desqualificar as demandas do próprio movimento.

Um outro fator que chamou atenção, em relação as duas matérias observadas neste trabalho, é a maneira como a ação policial é tratada. Na primeira reportagem, afirma-se que a ação do MPL acabou “[...] obrigando a Polícia Militar – que tem este dever constitucional e legal – a intervir para salvaguardar a ordem pública e o direito de ir e vir” (VEJA, 2016). Já na segunda reportagem: “O prédio só não foi invadido porque os policiais se anteciparam e impediram, com motocicletas, que os vândalos alcançassem a rampa de acesso” (VEJA, 2016). Destas afirmações, podemos inferir que, na busca por legitimidade à ação policial, esta foi considerada como um ato heróico, sendo citada inclusive a Constituição Federal para justificar a repressão por parte dos policiais.

A partir da observação do que foi transmitido sobre a ação do MPL-SP no ato realizado no dia 12 de janeiro de 2016, percebemos que o autor das reportagens transmitiu sua opinião, ou a opinião da revista para a qual escreveu - ou ainda, uma articulação desses dois fatores - acerca do movimento e de suas ações. Configurou,

¹⁰ Um dos princípios do MPL é o apartidarismo, mas não antipartidarismo: “Os partidos políticos oficiais e não oficiais, enquanto organização, não participam do MPL. Entretanto, pessoas de partidos, enquanto indivíduos, podem participar desde que aceitem os princípios e objetivos do MPL, sem utilizá-lo como fator de projeção política. O MPL não deve apoiar candidatos a cargos eletivos, mesmo que o candidato em questão participe do movimento.” Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

deste modo, uma reportagem permeada pela visão de determinado setor da sociedade. Vaz (2009) declara que o conhecimento produzido pelos jornalistas nada mais é que uma tentativa de reproduzir a realidade, e este constitui o seu compromisso pedagógico. Porém, segundo a autora, quando duas pessoas observam uma determinada cena, elas veem coisas diferentes. Neste sentido, “[...] o que chamamos de realidade nada mais é que uma projeção de nossas próprias crenças” (VAZ, 2009, p. 112).

Concluimos que, mesmo que por trás de um discurso de imparcialidade e objetividade, jornalistas acabam por imprimir um pouco de subjetividade ao narrar determinada notícia. E, mais que isso, acaba sendo coagido a atender aos interesses dos seus empregadores ao noticiar os fatos. Sendo assim, as notícias, necessariamente, não retratam a realidade, mas “[...] ajudam a construir o que entendemos por realidade” (VAZ, 2009, p. 115).

Num contexto liberal, pode haver o emprego da *sujeira* da linguagem e de imagens – porque carregadas de *conotação*, dada a ideologização subliminar – para ilustrar textos aparentemente inocentes ou neutros, visando favorecer, na prática, leituras, à direita e à esquerda, convergentes com a linha editorial do jornal ou revista em questão. (SALES, 2009, p. 50).

De acordo com Sales (2009), na prática, não existe a possibilidade da verdade transparente das notícias, pois o jornalismo acaba por realizar uma seleção de dados e imagens ao narrar os acontecimentos. As notícias que estampam as páginas dos jornais podem ser de fato significativas, ser fruto da intuição dos jornalistas, ou mesmo representar uma combinação de diversos interesses. Neste sentido, a mídia tem o poder inclusive de determinar o que é notícia, e a partir daí, “[...] propor modelos de comportamento e de entendimento da realidade” (SALES, 2009, p. 55). Torna-se então importante atentar para que conteúdos que se vinculam a determinados interesses não sejam tomados como verdades universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu site nacional, o MPL afirma que o movimento deve lutar em defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Destaca também a importância de lutar contra a repressão e criminalização que o próprio movimento tem sido alvo. A partir da demonstração realizada neste trabalho, sobre como o MPL é tratado por determinada revista digital, podemos atribuir, em boa parte, a criminalização de que tem sido alvo o MPL a este tipo de matéria que busca deslegitimar o movimento. O MPL trata também acerca da importância de utilizar

mídias alternativas para a divulgação de ações e incentivar a criação e a expansão destes meios, declarando que o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, devido ao atrelamento que existe entre estes meios e o empresariado do setor de transportes.

Ao observarmos o modo como são tratadas as mobilizações do MPL, podemos perceber o Estado desempenhando as duas funções enfatizadas por Gramsci: a de domínio ou coerção, e a de consenso ou hegemonia. Quando determinado meio de comunicação noticia uma manifestação como ato de delinquência ou vandalismo, podemos afirmar que este visa desmobilizar a ação da referida manifestação, na medida em que busca-se o consenso acerca da não-legitimação da mesma. Ao mesmo tempo, ao considerar a ação desempenhada pelos policiais como um dever cumprido, para que a ordem pública pudesse ser garantida, desempenha-se o papel de coerção, e este é legitimado também pelo meio de comunicação.

Concluimos então, por meio das observações realizadas neste trabalho, que a informação assume um caráter estratégico que, na sociedade capitalista, acaba por reafirmar seus valores, representando parte importante em sua legitimação. Assume um caráter de mercadoria, com função de manutenção e ampliação da ordem social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF): CFESS, 2009.

CASSOLI, Alessandro Theodoro. **Movimento Passe Livre de Florianópolis e o enfrentamento do estado neoliberal: algumas considerações**, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11249795-Movimento-passe-livre-de-florianopolis-e-o-enfrentamento-do-estado-neo-liberal-algumas-consideracoes.html>>. Acesso em: 1º fev. 2016.

DELINQUENTES tentam invadir prédio residencial em Higienópolis. **Veja**, 12 jan. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/delinquentes-tentam-invadir-predio-residencial-em-higienopolis>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

E O MOVIMENTO Passe Livre volta a promover delinquências em São Paulo e a lutar contra os pobres. **Veja**, 12 jan. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/e-o-movimento-passe-livre-volta-a-promover-delinquencias-e-a-lutar-contra-os-pobres-em-sao-paulo>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Classes sociais e movimentos sociais**. Brasília (DF): CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, 1995. Módulo 2. p. 36-54.

MARTINS, Caio. Movimentos sociais e luta de classes: crítica às teorias dos “novos movimentos sociais” e dos “movimentos socioterritoriais”. *In*: MONTAÑO, Carlos (Org.). **Canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (São Paulo). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13 – 18.

NUNES, Lucas Sant’Ana; CARRASCO, Vinicius Martins. A Representação Social do Manifestante do MPL-SP no Primeiro Ato de 2015. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 10., 2015 e CONFERÊNCIA SUL AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, 5., 2015. **Anais...**, Bauru-SP, 22-24 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidadad/dt5-6.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social e direitos. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF): CFESS, 2009.

SALES, Mione Apolinário. Mídia e questão social: o direito à informação como ética de resistência. *In*: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (orgs.) **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33 – 81.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho”. *In*: MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71 – 78.

SILVA, Carla Luciana. A revista Veja e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil: a ideologia da globalização. *In*: XI JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007. **Anais...**, San Miguel de Tucumán – ARG: Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, 2007. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-108/226.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016

SIMIONATTO, Ivete. Sociedade civil e lutas sociais na América Latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (Orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

VAZ, Ana Lucia. Jornalismo para escapar da correnteza: sobre técnicas jornalísticas de subversão do senso comum. *In*: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (orgs.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 105–125.